



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025

(Das Sras. Sâmia Bomfim e Fernanda Melchionna)

Requer a realização de audiência pública para tratar da precarização da segurança patrimonial nas Instituições Federais de Ensino Superior, e suas consequências.

Senhor Presidente,

Requeremos, com base no artigo 24, III do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública em outubro de 2025 para tratar da precarização da segurança patrimonial nas Instituições Federais de Ensino Superior, e suas consequências, com a presença das e dos seguintes palestrantes:

1. Sr. Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação (MEC);
2. Sra. Esther Dweck, Ministra de Estado da Gestão e Inovação em Serviços Públicos;
3. Sra. Cristina del Papa, Coordenadora Geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA);
4. Sr. Antonildo Santos Pereira, Coordenador Geral do Sindicato Nacional dos(as) Servidores(as) Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE);
5. Sr. Gustavo Seferian Scheffer Machado, Presidente Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES);
6. Sr. Reitor José Daniel Diniz Melo, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).



Câmara dos Deputados – Gabinete 642, Anexo IV - CEP 70160-900 – Brasília – DF. Tel: 61-3215-5642.

E-mail: dep.samiabomfim@camara.leg.br

Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259163154600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

JUSTIFICAÇÃO

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) vêm enfrentando, nas últimas décadas, um processo crescente de precarização na área da segurança patrimonial. Esse cenário se agravou a partir da década de 1990, quando, sob o argumento de modernização do Estado, o governo federal iniciou uma reforma gerencial inspirada em modelos da iniciativa privada. A partir dessa lógica, funções antes exercidas por servidores efetivos passaram a ser terceirizadas, como é o caso da vigilância, cujo cargo foi extinto com a promulgação da Lei nº 9.632/1998.

Até meados da década de 1990, o número de vigilantes era compatível com as necessidades das IFES. No entanto, a expansão acelerada dessas instituições, especialmente após o lançamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007, resultou em aumento expressivo da população acadêmica, da infraestrutura e da circulação de bens públicos. Essa nova realidade trouxe desafios complexos para a gestão da segurança, que não foram acompanhados por investimentos proporcionais na recomposição do quadro de servidores da área.

A terceirização da segurança resultou em uma série de consequências negativas: alta rotatividade de trabalhadores, quebra da continuidade do serviço, e ausência de vínculo com a missão pública da universidade. Os vigilantes terceirizados, muitas vezes, não recebem formação adequada para atuar em ambientes educacionais que exigem uma abordagem específica, respeitosa e integrada com a comunidade universitária, composta por estudantes, servidores técnicos e docentes com perfis diversos.

Além disso, a convivência entre trabalhadores efetivos e terceirizados, muitas vezes realizando funções similares sob regimes distintos de contratação, gera uma dualidade perversa no ambiente de trabalho, com impactos sobre a motivação, a qualidade do serviço e o senso de pertencimento. A responsabilização com o patrimônio público e com os princípios da universidade pública tende a se enfraquecer quando o vínculo do trabalhador se restringe a uma empresa privada.

A ausência de uma política de segurança estruturada e adaptada à realidade das IFES compromete não apenas a integridade dos bens públicos, mas também a segurança das pessoas e o ambiente acadêmico como um todo. Instituições que se





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Sâmia Bomfim

propõem a produzir conhecimento, ciência e cidadania não podem conviver com modelos de segurança desconectados de sua finalidade social.

Diante da relevância do tema, torna-se imprescindível que a Comissão de Administração e Serviço Público promova uma audiência pública que permita debater com profundidade os impactos da precarização da segurança patrimonial nas IFES, com objetivo de contribuir para a formulação de políticas públicas que garantam segurança qualificada, valorização dos trabalhadores e fortalecimento do papel social das universidades públicas, motivo pelo qual pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala de Reuniões, 13 de maio de 2025.

Deputada SÂMIA BOMFIM
PSOL/SP

Deputada FERNANDA MELCHIONNA
PSOL/RS



Câmara dos Deputados – Gabinete 642, Anexo IV - CEP 70160-900 – Brasília – DF. Tel: 61-3215-5642.

E-mail: dep.samiabomfim@camara.leg.br

Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259163154600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sâmia Bomfim e outros





Requerimento de Audiência Pública

Deputado(s)

- 1 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS)

